

Pragmática & Comunicação

Jair Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Paraná – UFPR
MEDUC – Mídia, Linguagem e Educação

Índice

Introdução	1
1 Perspectiva pragmática	3
2 Cooperação e comunicação	10
3 (E)feitos, enfim	13
Referências	14

Resumo

O propósito deste artigo é fazer uma reflexão em/sobre o conceito de “comunicação” e instaurar um debate com outras teorias em-torno da “metáfora reinante” mais difundida e celebrada no século XXI. O referencial teórico é o da Pragmática Linguística (RAJAGOPALAN, 2002, 2003; MEY, 1985, 1993) e a metodologia empregada é basicamente analítica descritiva.

Palavras-chave: pragmática, comunicação, linguagem.

Abstract

The purpose of this paper is to reflect in / on the concept of "communication" and initiate a discussion with other theories in-around the "reigning metaphor" more

widespread and celebrated on the twenty-first century. The theoretical framework is that of Pragmatic Linguistics (RAJAGOPALAN, 2002, 2003; MEY, 1985, 1993) and analytical methodology is basically descriptive.

Key-words: *pragmatics, communication, language.*

Introdução

EM nenhuma outra época da história da humanidade, a palavra “comunicação” foi tão enfatizada como agora. Por um lado, essa reiteração reforça a ideia de “objetivo comum” para os indivíduos nos mais diferentes contextos. De outro, revela as contradições inerentes a essa prática, expondo diferenças epistêmicas e operacionais (Oliveira, 2002:7). O fato é que o uso indiscriminado do termo tem contribuído para criar um entorno com significações tão amplas e uma mistificação que precisa ser revista sob o risco de conduzirmos nossas investigações a partir de falsas representações. Watzlavick (1967: 47) postula o axioma “não se pode não comunicar” e Marcondes (2004:7) diz que “comunicação é uma palavra da moda (...)”. O que está implícito no uso do termo é a ideia de que a comuni-

cação é a função hegemônica, senão única, para o que chamamos linguagem. Não é difícil verificar isso, pois se inquirirmos as pessoas à nossa volta a respeito de sua concepção de linguagem, o que certamente ouviremos é: “linguagem é comunicação”.

Partindo de uma reflexão proposta por Derrida (1973), é preciso desconstruir o conceito, ou seja, colocar a comunicação *under erasure*. Colocar a comunicação sob suspeita não é destruí-la, até porque isto é impossível, mas questionar as bases filosóficas e ideológicas que associam linguagem e comunicação e quais as implicações práticas desse vínculo. Esta reflexão torna-se pertinente pelo fato de o ser humano, em pleno século XXI, afirmar categoricamente que as pessoas estão se comunicando como nunca o fizeram graças aos avanços tecnológicos e a uma compreensão maior de seu papel como ser humano, solucionando os seus problemas pela conversação.

O fato é que o ser humano esquece e depois naturaliza procedimentos criados por si para viver em grupo. Como bem o disse Nietzsche (1983: 48), “a verdade é apenas um exército de metáforas móveis, uma soma de relações humanas, que depois de muito uso, parecem como coisas fixas, canônicas e obrigatórias”. Em outras palavras, para a maioria das pessoas é problemático imaginar que a linguagem não é um “meio” para representar as coisas do mundo ou expressar estados interiores. Parece tão óbvio, ou talvez seja mais fácil pensar desta forma, que não causa estranheza, por exemplo, o fato de as novas tecnologias, em especial a comunicação via Internet, receber o nome de “interatividade”. Os meios eletrônicos tudo podem e a todos interage! É a versão atualizada da onisciência e onipotência di-

vina que criou Adão que, por ser o primeiro homem, possuía uma linguagem que o permitia conhecer a essência das coisas e este poder lhe outorgou o direito de atribuir um nome a cada substância ou acidente. Assim, Adão nomeia todo pássaro e todo animal do campo e, embora não perguntasse qual era a origem da língua que possuía, concebia as palavras que usava como “nomes” (rótulos) para as coisas. Esses nomes serviam como “meios” para que ele representasse os objetos que o cercavam e expressasse os seus pensamentos ou estados interiores. As palavras permitiam a Adão que as suas ideias fossem comunicáveis e as coisas do mundo representáveis, mas tanto a existência das ideias quanto das coisas eram independente das palavras. Isto é, como Deus a tudo criou, as “coisas” e os “processos” (sentidos, desejos, sensações) já estavam dentro da mente do primeiro homem, em sua essência, no seu interior.

Neste caso, mente e linguagem são independentes. Adão era capaz de perceber objetos, propriedades e relações de forma direta, sem a mediação da linguagem. Tais objetos, relações ou propriedades, só se tornavam existentes na linguagem quando uma espécie de “olho interior” olhava para dentro da mente de Adão, e objetivando comunicar a Eva o que lá existe, usava a linguagem para expressar aquilo, que antes de ser dizível, já estava lá em seu sentido bruto (um arquétipo das coisas, uma representação do plano macro – do criador, no plano micro – a criatura). Esta concepção de linguagem consagra a ideia de que a linguagem é um meio para representar fatos e expressar significados dados de antemão, prévios ao uso linguístico. Usar a linguagem nessa perspectiva é sempre uma questão de encontrar o já

existente – algo que é o que é, independente de sua relação com outras coisas.

Esta e outras concepções de linguagem não têm sido suficientes para explicar o que é a comunicação (se é que existe uma teoria que dê conta desta complexidade). No entanto, temos certeza de algo: a busca por uma explicação não pode ficar restrita a uma concepção de linguagem centrada em um modelo de código, aqui entendido como um sistema que emparelha sinais e mensagens e que permite aos seus usuários a codificação e a decodificação do que se pretende transmitir ou àquelas teorias da linguagem que tenham a finalidade única de representar o mundo e os pensamentos. Tais modelos, embora sejam explicativos, são descritivamente inadequados para dar conta das inúmeras possibilidades que os usos linguísticos comportam nas relações dos homens entre si. Em outras palavras, modelos centrados na dicotomia forma e conteúdo e suas abordagens componenciais restringem-se à ideia de mensagens como sinais enviados por meio de canais abstratos sem o apelo aos usuários e às circunstâncias contextuais.

Assim, este trabalho propõe uma reflexão sobre o conceito de comunicação a partir de uma perspectiva Pragmática Linguística (MEY, 1985, 1993; RAJAGOPALAN, 2002, 2003) e uma metodologia que consiste na interpretação pessoal das restrições e transgressões que integram o universo social do uso da linguagem de acordo com o nosso conhecimento dos usuários e suas crenças e com as expectativas que decorrem deste conhecimento. Trata-se de uma interpretação pessoal porque no âmbito da pragmática não há espaço para o estabelecimento de regras estritas para a leitura dos discursos e nem os mesmos moldes de previsibilidade que

a sintaxe ou semântica, por exemplo, adotam. Igualmente, não emprega os métodos “exatos” que ciências como a matemática ou a biologia costumam referendar, pois o objetivo da pragmática não é explicar a linguagem e a comunicação de “forma regrada, previsível e regida por regras determinísticas” como diz Rajagopalan (2002: 24) ao se referir àquelas teorias que têm como meta colocar a prática linguística em uma “camisa de força”.

1 Perspectiva pragmática

Inicialmente, vamos imaginar a seguinte situação – João caminha pelas ruas da cidade e olha para cartazes, placas, sinais de trânsito. João também ouve notícias, sons, escuta músicas que tocam em um rádio e conversa com amigos. Contam piadas, falam das namoradas e da prova de português no dia seguinte. João continua a caminhar pela cidade, agora pensativo, refletindo sobre os textos que deve ler para se sair bem no exame. Em grande medida, os comportamentos de João, sejam físicos ou psíquicos, são regrados pelos signos. Para que um signo exista é preciso que haja um referente (a coisa representada), um significado (conceito) e um significante (a representação física do signo, em forma sonora, gráfica, visual ou gestual).

Esse universo de signos em que João está imerso não caiu do céu. Trata-se de um esforço deliberado e contínuo (um comportamento, uma ação) manifesto na forma de sinais gráficos, acústicos ou gestuais, criado pelos seres humanos ao longo de sua história para dar conta de suas necessidades materiais e psicológicas. Em sua obra, *Fundamentos da Teoria dos Signos* (1938), Mor-

ris afirma que o homem destaca-se de outros animais por possuir um sistema complexo e elaborado de signos. Metodologicamente, Morris observa que uma teoria linguística, como um ramo especial da semiótica mais abrangente, deve descrever e explicar os sinais, suas designações e seus intérpretes. Assim, propõe três sub-disciplinas:

- a) **Sintaxe:** que apreenderia a dimensão sintática da semiose, estudando a relação formal dos signos entre si (relação signo + signo);
- b) **Semântica:** que apreenderia a dimensão semântica da semiose, estudando a relação dos signos com os objetos que eles designam (relação signo + mundo ou objeto referido);
- c) **Pragmática:** que apreenderia a dimensão pragmática da semiose, estudando a relação dos signos com os intérpretes ou usuários (relação signo + usuário).

A relação dos signos com os seus usuários é o que nos interessa aqui. Obviamente, essa relação não é apenas interpretativa ou informativa mas, basicamente, performativa. Neste viés, a dimensão pragmática permeia todo o conjunto do espaço sócio-semiótico, não existindo fenômeno “significativo” que lhe possa escapar. O fato é que estamos adotando uma perspectiva maximalista; portanto, a pragmática não deve mais ser considerada como um mero componente da linguística e sim como uma perspectiva do uso geral da linguagem na comunicação. Em outras palavras, a pragmática está interessada na imensa complexidade dos usos da linguagem cinética, visual e sonora em atos comunicativos nas diversas situações intra e

interculturais. Assim, na dinâmica dos signos e das significações, uma consideração sobre a pragmática é polivalente, ou seja: inclui os domínios dos fatos de enunciação, de inferência, de instrução (MOESCHLER, 1994), e também reflete o fazer parte de uma “forma de vida” com infinitas possibilidades de responder às solicitações da existência social.

A pragmática está instaurada no universo sócio-semiótico da linguagem e reflete a dinâmica do comportamento comunicativo social dos seres humanos, isto é: uma perspectiva dos vários eventos interativos em que os indivíduos se envolvem socialmente para evitar o “não ser reconhecido”. Esses usos da linguagem envolvem tipos de conhecimento que vão além das regras de sintaxe e semântica e não requerem apenas habilidades verbais, mas o domínio de uma ampla variedade de capacidades sócio-cognitivas. O usuário da linguagem deve colocar ênfase naqueles fatores que, mesmo não estando explicitamente manifestos nos textos e discursos, ainda assim, determinam a forma desses textos e discursos através de possibilidades difíceis de verificar num primeiro momento.

É preciso considerar que os usos da linguagem são comportamentos sociais e culturais. Porém, trata-se de comportamentos intencionais. Possuem motivos que nos permitem entendê-los; permitem uma investigação desses motivos. Usar a linguagem é sempre permitir ou solicitar uma pergunta do tipo: Com que fins? Como? Por quê? Quando se usa a linguagem, realiza-se uma ação (ordenada por regras) dentro de contextos sociais com determinados objetivos. Cada comunidade de falantes desenvolveu as suas próprias regras de uso; o que at-

esta a riqueza e a complexidade que acompanha esses usos. Não há regras melhores ou piores, pois cada conjunto de regras é o resultado da experiência histórica dos integrantes das diversas comunidades, de suas interações e intervenções no mundo. Neste aspecto, os enunciados não são apenas instâncias articuladoras da vontade individual, mas também refletem a atmosfera social valorativa em que as pessoas estão inseridas. Obviamente, a pragmática ressalta a intencionalidade do sujeito, entendida aqui como um processo ativo e singular de responder às condições objetivas, e não como uma expressão de uma subjetividade pré-social.

Pensar é (in)tensionar; a intenção é sempre o desejo de alterar estados mentais do sujeito ou estados de coisas da realidade. A noção de intenção se apoia nas leis do comportamento humano. Quanto mais sabemos acerca dessas regras, melhor podemos antecipar as intenções de uma determinada pessoa. É claro que os comportamentos humanos nem sempre refletem o que se esperava deles ou traduzem as regras convencionais seguidas. Isto não quer dizer que as intenções estejam codificadas no sistema interno dos indivíduos, mas que se trata de comportamentos responsivos às inúmeras solicitações que lhes são feitas enquanto seres sociais. Afirmar que há uma intenção é afirmar que são inteligíveis o agente, a ação, e um contexto ou situação operativa (um jogo de linguagem) em que o termo é usado. Em resumo, a ideia de intenção *per se* não existe, como também não se trata de um estado interior que pretensamente atue em termos causais. Deve ser entendida no sentido proposto por Wittgenstein (apud SHIBLES, 1985: 121) “[...] meramente uma palavra usada nesta ou naquela situação para justificar

um padrão de comportamento por nós elaborado e contemplado”. É neste sentido que uma ação intencional pode ser considerada como uma “ação política”.

Assim, perguntar pelo sentido de uma palavra ou frase equivale a perguntar como se usa essa palavra ou frase naquele contexto. Significa investigar o mundo em que a palavra é usada. Obviamente, as restrições impostas coletivamente podem delimitar o leque de escolhas linguísticas individuais nas ações interativas; mas isto apenas torna mais importante para a pragmática identificar como os indivíduos usam a linguagem para mudar a situação de restrição em que eles se encontram sem “causar abalos” nas relações e regras sociais e ao mesmo tempo dar conta de suas intenções comunicativas.

Usar a linguagem não é apenas seguir um roteiro (*script*) nas interações, pois isto não nos leva além de uma abordagem sociolinguística (que revela como os recursos contextuais sistematicamente restringem o uso da linguagem). Mas é sempre um comportamento “político”, aqui entendido como as mudanças que o usuário da linguagem impõe às circunstâncias e aos interlocutores. Mesmo em locais onde há um rígido roteiro pré-determinado, como em um julgamento, onde o réu só pode se manifestar quando solicitado, em uma solenidade de formatura, onde há uma coreografia e comportamentos solenes são requeridos, em uma consulta médica etc, os aspectos da experiência individual do usuário podem ser empregados para “transgredir” as restrições normativas institucionais ou para singularizar o discurso no sentido de autorar, ou seja, “(...) assumir uma posição estratégica no contexto da circulação e da guerra das vozes sociais; ex-

plorar o potencial da tensão criativa da heteroglossia dialógica” (FARACO, 2003: 83).

O fato é que os usuários da linguagem estão sempre fazendo escolhas linguísticas e não linguísticas cujo sentido dependerá do “cenário” em que tais usos forem efetivados. A “negociação” que se instaura no momento do uso da linguagem exige que os interlocutores também focalizem a atenção na dimensão que se encontra além do que é expresso oralmente ou por meio da escrita, pois não é só o léxico que dá as informações, mas o mundo e as crenças dos envolvidos no processo. Quer dizer, os sentidos dos enunciados estão relacionados à convenção signífica e ao que está lexicalizado, mas durante uma interação tais sentidos são renegociados. Entenda-se tal ação como a possibilidade que os indivíduos encontram para se adequar ou transgredir as condições de uso vigentes nas diversas situações a que estão expostos e a um ajuste ou violação aos interesses e valores em pauta para a obtenção dos efeitos intencionados.

Isto quer dizer que os comportamentos conversacionais não são totalmente previsíveis, pois as escolhas individuais a cada momento da sequência dialógica podem simplesmente “implodir todo o roteiro”. É exatamente esta possibilidade que impede que se torne tudo regrado e inteiramente regido por regras determinísticas como diz Rajagopalan (2002: 28): “(...) a prática linguística se distingue pelos tropeços, acasos, imprevisibilidades e singularidades – atributos que desafiam o próprio desejo de domar, de domesticar, de, enfim, teorizar o objeto de estudo, no caso, a práxis”. Nestas circunstâncias, torna-se relevante aos interlocutores indagar “por quê?” e “como”? os indivíduos usam a linguagem nas interações,

pois isto permite identificar o uso linguístico com uma explicação da inter-relação existente entre a linguagem e a situação comunicativa em que a linguagem é tipicamente usada. Para alguns autores trata-se de uma pragmática conversacional. Prefiro o termo “interacional”, pois isto pressupõe uma relação mais ativa e completa entre os indivíduos pelo envolvimento das condições sociais e corporais que determinam os significados em cada ação¹. Nas interações, as ações comunicativas são “presenças” no mundo, leituras do mundo, embora a presença e a leitura nem sempre garantam um “lugar comum”. Quer dizer, os usos da linguagem não podem ser tratados apenas em nível de atos de fala (SEARLE, 1984), onde a situação abstrata permite compatibilizar as intenções dos interlocutores sem maiores problemas; mas que tais comportamentos devem ser encarados como atos pragmáticos:

Atos pragmáticos são chamados pragmáticos porque estão essencialmente alicerçados no uso real da linguagem e não apenas em um uso definido por regras sintáticas ou por seleções semânticas ou restrições contextuais. Todos os atos pragmáticos são fortemente marcados pelos seus contextos: eles são duplamente derivados do contexto e limitados pelo con-

¹Watson e McLuhan (1971) comentam que para alguns grupos étnicos do norte africano, a comunicação só é efetiva se os participantes sentirem o cheiro do interlocutor. A água é escassa na região, mas o odor, nesse caso, é só um componente da proximidade, da presença, da visibilidade total do outro, do real e do concreto. Interessante é constatar que esta situação remete à ideia da “descorporificação” da comunicação (BOURDIEU, 1977).

texto. (MEY, 1993: 264) (minha tradução).

Os atos pragmáticos não garantem o axioma “é impossível não comunicar” como desejavam Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), Weil e Tompakow (1973) e, atualmente Lévy (1999), que faz a apologia de que a rede digital conecta tudo e a todos e se trata de um “espaço de liberdade”. A complexidade dos organismos individuais, com suas incontáveis redes de crenças e multiplicidade de objetivos, representa a possibilidade de “não-comunicação” como regra e não como uma exceção! Isto não quer dizer simplesmente “incomunicabilidade”, pois apesar da relativa vagueza semântica das palavras as pessoas se comunicam, embora o sucesso desse empreendimento esteja ligado à justeza do acordo interpessoal sobre o uso e o sentido dos diversos termos empregados neste ou naquele ambiente. O que se pretende ressaltar é que os atos pragmáticos apontam para o outro lado do axioma, ou seja, a possibilidade de “não-comunicação” como regra assim definida:

- a) não compreender a mesma coisa;
- b) não dizer a mesma coisa;
- c) não se fazer compreender da mesma maneira.

O que está em jogo é o que Mey (2003: 333-335) chamou de “O Espectro da Ambiguidade”, ou seja: a busca pelos enunciados não-ambíguos é algo enraizado em nossa cultura; embora, geralmente, as pessoas não dêem respostas diretas do tipo “sim” ou “não” e fazem longas digressões acerca “do

que é” alguma coisa. Há tantas possibilidades de respostas quanto forem os indivíduos e suas crenças em uma situação comunicativa concreta; apenas em ocasiões muito específicas temos que “jurar por Deus” e responder afirmativamente ou negativamente sem enveredar por explicações que poderão comprometer a nossa situação diante da justiça divina ou dos homens. A ideia é a de que os “fatos” estão diante dos nossos olhos e a comunicação é uma questão de “apanhá-los” e enviá-los por meio de um *conduit* (REDDY, 1979) que liga a minha cabeça à cabeça do interlocutor:

Naturalmente, todos estão conscientes de que as pessoas comunicam algo mais e outras coisas além dos fatos: eles compartilham emoções, desejos, dão ordens e assim por diante; ‘fazem coisas com as palavras’ – coisas que não são reduzíveis aos fatos. Mas a razão pela qual os fatos constituem tal inelutável alegação cega do nosso pensamento a respeito da comunicação é que **nós não estamos negligenciando os fatos em si mesmos, mas o contexto em que eles ocorrem** (MEY, 2003: 336) (negritos e tradução são meus)².

A discussão a respeito do contexto se tornou a “pedra no sapato” da maioria dos

²Bakhtin (1988: 95) observou: “Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”.

debates sobre a comunicação na atualidade. Por exemplo, a expressão “fora do contexto” que ouvimos com frequência reforça a ideia de que há um conjunto de dados à espera do interlocutor, que deverá ser perspicaz o bastante para perceber os indícios fornecidos pelo locutor/texto e associá-los às informações pré-existentes a fim de elaborar um quadro de referências em que possa processar cognitivamente a interpretação. Evidentemente, esta noção não faz justiça à complexidade envolvida na “negociação” entre os pares; embora não descarte a ideia de que os indivíduos têm intenções que desejam tornar conhecidas e objetivos que procuram concretizar nas interações. O problema é definir qual o contexto do contexto? Isto é, como estabelecer uma noção de trabalho para “contexto” que dê conta dos múltiplos “cenários” (realidade semi-otizada) que os indivíduos articulam na dinâmica social para expressar suas crenças diante de outras crenças, num fluxo interminável de posições avaliativas sem cair em um empiricismo atomista ou em um idealismo transcendentalista?

Embora a dependência de uma “noção de contexto” seja um ponto central para as várias abordagens pragmática, verifica-se que os requisitos para se elaborar tal conceito não são absolutamente determináveis, embora afetem de modo relevante todos os atos comunicacionais. O contexto é o mundo, uma realidade aberta e flexível que os indivíduos recortam, embora sem perceber que não são os dados puros que focalizam, mas a refração semi-otizada de sua práxis social. Em si, a noção de contexto é uma abstração, e os indivíduos estarão focalizando a atenção e levando em conta os fatores situacionais (mundo sócio-cultural); elementos cogni-

tivos (conceitualização) e os aspectos emotivos (afeto e envolvimento) que pertencem ao mundo mental (VERSCHUEREN, 1999: 90). Isso não restringe a noção de contexto ao conhecimento de mundo dos indivíduos, embora tal conhecimento seja importante quando se trata da previsibilidade ou imprevisibilidade das informações. Mas nem o contexto se reduz ao conhecimento de mundo, como o conhecimento de mundo não se reduz a essa dualidade informativa.

Deste modo, a noção de contexto vai além da ideia de referência e entendimento do que “as coisas do mundo real são”, pois incorpora os aspectos da *psique* humana que têm nas expectativas, interesses, reivindicações, medos, anseios, atitudes, o seu ponto de convergência. Daí a necessidade de determinar ao interlocutor quais são as regras que estão sendo seguidas a cada mudança de nível de compreensão (a cada mudança de contexto psicológico). Obviamente, os comportamentos psicológicos individuais não têm uma origem pré-social, e devem ser traduzidos a partir das crenças morais que compartilham e adotam. Pragmaticamente, os indivíduos “criam” contextos e são “criados” por eles em uma troca incessante; uma espécie de re-criação onde é preciso investigar as metáforas em ação:

- a) o que as metáforas expressam;
- b) como elas expressam aquilo que pretendem expressar;
- c) qual é o grau de compatibilidade que têm com as circunstâncias e indivíduos;
- d) de que forma elas contribuem para “comunicar”.

O termo “contexto” ganhou forte impulso com a ideia atualmente difundida de que tecnicamente, pelo fato da interligação global de todas as máquinas na rede virtual, há um imenso “hipertexto vivo” compartilhado por todos os participantes da interação. Virtualmente, o hipertexto corre em todas as direções e constitui uma forma de macro contexto saturado de *links* que permitem aos usuários saltar de uma informação para outra, de uma mídia para outra indefinidamente. Nesse macro contexto, os usuários podem mesclar informações e procedimentos de naturezas diversas de forma dinâmica a fim de organizar, compreender, estabelecer hipóteses, inferências, previsões, especificações etc. A configuração desses “saltos” reproduz, ainda que de forma precária, a dinâmica dos processos cognitivos humanos, entendidos como forma de “organizar o conhecimento convencional de mundo em conjuntos bem interligados” (GARRAFA, *apud* KOCH, 1989: 64). No entanto, é preciso ressaltar que o fato de o hipertexto se apresentar como um cenário da diversidade humana, atrelado diretamente a uma comunidade de falantes, encerra a sua própria contradição. Ou seja, é exatamente nesse ambiente virtual, impregnado de “cenários”, que o texto rompe o vínculo com o ambiente em que surgiu.

É possível afirmar que todo signo linguístico encontra-se em uma situação de ruptura com o ambiente de criação e que não deva nenhum respeito ao autor. Mas, “[...] isto não supõe que a marca valha fora do contexto mas, ao contrário, que só existem contextos sem nenhum centro absoluto de ancoragem” (DERRIDA, 1990: 25). Em resumo, uma noção de trabalho para contexto deve levar em conta a dinâmica do processo

de significação onde os interlocutores consideram:

- a) os aspectos imediatos, contingentes ou históricos da situação;
- b) os aspectos psicológicos relacionados à memória, emoção, afeto, motivação, cognição etc;
- c) os costumes enquanto manifestações de crenças (regras para a ação);
- d) o vocabulário de ações intencionais;
- e) o grau do acordo feito entre os interlocutores sobre o sentido dos termos empregados;
- f) o grau de conhecimento compartilhado entre os interlocutores, suas crenças, e as expectativas que decorrem dessa relação.

Efetivamente, é preciso ressignificar constantemente os efeitos gerados pelo uso do termo “contexto” nas circunstâncias tipificadas como comunicativas. Uma situação pela qual passei estes dias remete às condições aqui expostas. Acompanhado de minha filha Marina (11 anos) fui até um *shopping* de Curitiba. Percebi certa relutância dela em me acompanhar ao interior de uma das lojas. Quando indaguei qual era o problema ouvi como resposta:

- É melhor que eu escolha sozinha!

(Sem problemas, pensei. Afinal, já é bem capaz disto. Depois de alguns minutos, ao me aproximar, percebi que novamente se esquivava)

- Qual é o problema? Perguntei.

- Você parece um “emo”!
- O que é um “emo”?
- Você!

Enfim, nos aproximamos no momento de pagar as contas e fomos embora. Ao chegar em casa fui buscar a definição de “emo” em alguns dicionários e nada encontrei. Fui salvo pela *Wikipédia*, que define o termo como uma abreviatura de “*emotional hardcore* [...] na cultura alternativa diz-se que alguém é ou está *emo* quando demonstra muita sensibilidade”.

No dia seguinte, munido do sentido dicionarizado³, voltei “à carga”:

- Marina, todos os pais têm ternura e afeto para com os seus filhos (disse me referindo ao excesso de sensibilidade “peculiar” a certo tipo de “emo”).
- ??????.
- Lá, no Shopping, você disse que pareço um “emo”! Reiterei.
- Mas é por causa de sua roupa!!⁴

Qualquer tentativa de definição linear de contexto está fadada ao insucesso, pois a noção não se resume ao que é “dado” e “escolhido” pelos indivíduos nas interações. Envolve uma ampla consideração do *background* linguístico e cognitivo dos interlocutores, além de remeter para uma questão hoje bastante criticada: a cooperação. A cooperação não é a comunicação, mas pode levar

³Ver o conto de Artur de Azevedo intitulado “*O Plebiscito*” (1982: 29-34).

⁴Um “emo” também é um modo de se vestir. Nesse dia usava uma calça desbotada e camisa xadrez.

a ela a partir da premissa de que é preciso colaborar para se estabelecer um “cenário comum” que garanta, minimamente, as relações sociais. Quer dizer, a cooperação, e não a solidariedade como desejam Mey (1987) e Rorty (1994) ainda é a saída para se aproximar do “como” e “por quê” o indivíduo usou a linguagem nesta e naquelas circunstâncias”. A noção de cooperação envolve, muito mais, aquilo que eu **posso dizer** (de acordo com as circunstâncias) e o que eu **devo dizer** (devido às expectativas de meu interlocutor) do que aquilo que eu digo (GRICE, 1975).

Mey (2001) observou que é preciso estimular quem quer que use o termo “cooperação” a refletir sobre as seguintes questões: a) Por quê as pessoas cooperam? b) Que parâmetros as pessoas adotam para colaborar efetivamente em torno de objetivos pré-definidos? Vivemos em uma sociedade de classes e a desigualdade social é imensa. Mas isto não implica em substituir a cooperação pela solidariedade, pois incorremos no erro de obliterar as razões práticas e os interesses pelos quais nos movimentamos socialmente, convergindo para um discurso “piegas” e “politicamente correto” que responde atualmente por um jogo de simulações. O importante é não considerar o Princípio de Cooperação como uma espécie de técnica ou procedimento pronto e acabado para a prática linguística e para uma aproximação com a intenção comunicativa dos falantes.

2 Cooperação e comunicação

A noção de cooperação como base para a comunicação ganhou popularidade e muitas críticas. Os detratores desse princípio estão corretos em relação à tendência em colocar a

cooperação como uma condição a-histórica, uma espécie de atributo da natureza humana, algo indispensável para a existência do que Barthes (1993: 113) chamou de “A Grande Família dos Homens”. Neste enfoque, cooperar tornou-se um valor em si mesmo, sem qualquer conexão com as relações pessoais. Este apelo a noções abstratas apenas revela o grau em que as contradições de nossa sociedade são veladas e aponta para a face mais cruel da chamada retórica da cooperação: a rejeição cabal a qualquer espécie de lapso, silêncio, hesitação, tropeço e imprevisibilidade, que passam a ser considerados como “erros” ou “desvios” de um eixo programático homogêneo e imutável.

Apesar dessas críticas é possível manter a ideia de cooperação como uma questão central para refletir sobre o “conceito” de comunicação sem cair no relativismo pessimista de certas teorias. As pessoas em suas atividades cotidianas estão usando as palavras para edificar as suas vidas. Nesta perspectiva, a cooperação como forma de entendimento mútuo e trabalho comum envolve um domínio político indispensável para se viver em sociedade. Os novos esquemas de politização e formas de resistência são construídos a partir da mobilização coletiva e não é mais possível imaginar um novo Robinson Crusó exilado atrás de seu computador totalmente independente e auto-suficiente (desejo maior de uma filosofia idealista individualista) transformando o mundo solitariamente.

Para entender como os indivíduos estão produzindo linguagem e o próprio espaço em que vivem é preciso investigar o que eles fazem e dizem em suas relações sociais e culturais; e para isto é preciso interagir, participar e cooperar. Isto quer dizer internalizar e sedimentar ocorrências que tipifi-

cam um modo de vida. Conforme Oliveira (2005: 8-9), Gulliver, em sua última viagem por lugares distantes, chega à Terra dos Houyhnhnm, que significa cavalo. Nesse lugar, os seres irracionais são os humanos, chamados de Yahoos, cujos atributos são: a preguiça, a maldade, a traição, a vingança e o forte apego à sujeira. Para os Houyhnhnms, Gulliver também é um Yahoo e por mais que tente esclarecer o seu desgosto por assim ser identificado, seus esforços são em vão. Ao longo de sua estada nessa terra, Gulliver empenhou-se para dissociar a sua imagem e identidade da natureza bruta e degenerada. Era preciso aprender a língua dos Houyhnhynms, demonstrar cuidados de higiene com seu corpo, cuidar na escolha dos alimentos e mostrar deferência nas relações com os equinos. Com o tempo, imitava tão bem os seus anfitriões que, não fosse a forma física, seria considerado um igual. Os esquemas culturais e cognitivos de Gulliver são colocados em cheque pela realidade dos Houyhnhynms e o “novo” local exigiu de ambas as partes uma adesão à cooperação que culminou com o entendimento mútuo. Obviamente, trata-se de uma imagem paradisíaca, assim como diz Isaías (11:6-8) “O lobo habitará com o cordeiro; e o leopardo se deitará ao pé do cabrito (...) o leão comerá palha como o boi; a criança de peito brincará sobre a toca da áspide”. Pois no cotidiano, os acordos interpessoais (o esforço cooperativo) não quer dizer necessariamente “comunicar”, embora possa levar à comunicação.

No âmbito da Pragmática, o Princípio de Cooperação proposto por Grice (1975) obteve muito sucesso, a tal ponto que foi considerado um dos principais suportes do pensamento pragmático (MEY, 1993: 15). A hipótese de Grice é que existem determina-

dos princípios gerais que regulam a maneira pela qual, numa conversação, o ouvinte pode reconhecer, por um raciocínio seu, a intenção do locutor e assim depreender o significado do que ele diz. A sua ideia é a de que toda a comunicação é regida pela cooperação, até mesmo aqueles casos onde um dos interlocutores aparentemente intervém na conversação em uma direção oposta ou contrária que ela tem no momento em que fala. Por exemplo: **A** e **B** conversam a respeito dos procedimentos burocráticos para obtenção de passaportes:

(1) **A** – Gostaria de arrumar um passaporte diplomático. Assim posso fazer turismo e não preciso entrar em filas de inspeção de bagagens.

B – Basta ser filho do “cara”.

O que **B** sugere é diferente do que diz, mas é crível aceitar que não se trata de uma observação desconectada dentro do diálogo que estão travando, até, porque, não seria racional se assim o fosse. Cada participação no diálogo é uma espécie de esforço cooperativo e os interlocutores reconhecem que em cada uma destas intervenções há um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita (GRICE, 1975: 44). É como um jogo onde as pessoas devem observar as regras, que embora possam ser flexibilizadas, dependem da concordância recíproca, pois a desobediência às normas implica a derrocada deste cenário e, por isso, os que aceitam tal empreitada fazem o possível para que ela chegue a um bom termo. Grice propõe algumas Máximas Conversacionais que deverão guiar a conduta dos falantes du-

rante a conversação (seja sincero, seja relevante, seja claro e seja comedido).

Vamos supor que, normalmente, as pessoas envolvidas em uma conversação respeitem as máximas. Repentinamente, um dos locutores envolvidos na palestra aparentemente a transgredir e, não havendo qualquer indicação clara de que o locutor resolveu mesmo transgredir-la, seu interlocutor está autorizado a interpretar tal violação como meramente aparente e buscar uma interpretação não-literal para o que foi dito, que compatibilize o ato linguístico do locutor com a suposição de que está respeitando tal máxima. Isto significa que, se os falantes não são cooperativos em um nível explícito, aderem, ao contrário, às especificações em um nível mais profundo, o nível das implicaturas conversacionais.

Indiscutivelmente, Grice buscou inspiração nas formas Kantianas de julgamento expressas como categorias (Da Quantidade; Da Relação; Da Qualidade e Da Modalidade) na obra *Crítica da Razão Pura* (2002): “[...] graças a esses conceitos é que um entendimento é puro [...] é sistematicamente extraída de um princípio comum, ou seja, a faculdade de julgar – que é semelhante à faculdade de pensar” (KANT, 2002: 108-109). Esta filiação epistêmica faz com que as categorias e máximas carreguem o pressuposto de uma natureza universal, “[...] e não levam em consideração as diferenças interculturais no que diz respeito ao o que é comportamento cooperativo para comunidades distintas” (OLIVEIRA, 1999: 32). Neste aspecto, um exemplo interessante é relatado por Keenan (1976: 79) que fez uma análise das máximas griceanas à luz da língua e cultura Malagasy (Madagascar) onde a forma de cooperação con-

siste em fazer contribuições conversacionais “opacas, enroladas e não-evidentes” tanto quanto possível. Oliveira (*Ib.*:38) ressalta que o chamado “modo ideal” de comunicação é aquele tacitamente atribuído ao discurso masculino: claro, sucinto, relevante e neutro com a rejeição de atitudes subjetivas (emoção, paixão, não-objetividade) frequentemente atribuídos ao discurso feminino. Nesta perspectiva, o que se faz com a linguagem nas máximas de Grice nada mais é do que uma interpretação da política hegemônica na sociedade em que vivemos.

A ideia de cooperação não será descartada, mas colocada sob suspeição e, neste artigo, ao invés dessa hipótese garantir o axioma “é impossível não-comunicar”, vamos propor que as máximas representem “não-comunicação como regra e não como exceção”. A proposta deve ser encarada por um viés onde as pessoas, evidentemente, estão se entendendo na maior parte das vezes, mas esta compreensão mútua quer dizer:

- a) não-entender a mesma coisa;
- b) não-dizer a mesma coisa;
- c) não se fazer entender da mesma maneira.

(As expressões “a mesma coisa” e “a mesma maneira” remetem ao caráter político das nossas representações).

Para Williams, a representação não é algo que se dá automaticamente. Ela necessariamente passa por certas escolhas conscientes. Ou seja, o ser cognoscente e o ser ético estão sempre presentes

no mesmo ato e de forma inseparável (WILLIAMS *apud* RAJAGOPALAN, 2003: 33).

Não há um lugar neutro onde alguém possa estar livre de questões relacionadas à cooperação, poder e crenças. O nosso esforço deve convergir para a descoberta de como as representações são criadas, que efeitos causam na sociedade, de que forma estão articuladas com a comunicação e que potências se apoderam desse termo para concretizar seus objetivos políticos.

3 (E)feitos, enfim

É aceitável que todo comportamento em uma situação interativa tenha o valor de mensagem e desta forma possa ser enquadrado como ato intencional. No entanto, é preciso considerar que os próprios locais em que se realizam as interações são igualmente elaborações pessoais. Aquilo que é considerado um comportamento comunicativo para determinada comunidade de falantes pode nada significar para outro grupo, pois nas relações interpessoais sempre há enquadramentos em uma perspectiva particular e relacional de análise, ou seja, a compreensão da linguagem está relacionada às coordenadas tempo, espaço e práticas. Não estamos reduzindo tudo ao viés individual; mas constatando que no universo de uso da linguagem as escolhas pessoais refletem diferentes concepções e articulações de mundo. Esses entornos políticos e simbólicos podem parecer “estranhos” e inaceitáveis aos nossos olhos e nos alertam para a existência de diferentes práticas linguísticas e leituras do mundo:

[...] as ideias deles se referem perpetuamente a linhas e figuras. Quando, por exemplo, querem realçar a beleza de uma mulher, descrevem-na por meio de círculos, paralelogramos, elipses e outros termos geométricos, ou por meio de palavras de arte, tiradas da música. Observei na cozinha do rei toda sorte de instrumentos matemáticos e musicais que serviam de modelo para o corte de carnes apresentados à mesa de Sua Majestade (SWIFT, 1984: 184).

Neste aspecto, uma perspectiva pragmática da comunicação está interessada no modo como os indivíduos usam as suas práticas cotidianas para criar linguagem e estabelecer relações políticas; rejeitando formas preferenciais e dominantes de leitura e de construção da realidade, particularmente, aquelas que sob o rótulo de “mitologias brancas” (Derrida, 1991: 253) propõem uma epistemologia, uma estética, uma filosofia e, principalmente, uma linguagem considerada como um sistema autônomo e pré-existente ao uso. Para um viés pragmático, a linguagem é o resultado de práticas cotidianas, de hábitos, embora isto não signifique que sejam formas cristalizadas no tempo, pois como observou Heráclito (1978: 88) “nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio”.

É o caráter performativo do vivente e a dinâmica das coisas no mundo que nos levam a questionar o pressuposto amplamente aceito de que as pessoas estão comunicando e entendendo plenamente os acontecimentos do cotidiano. Na realidade, não sabemos “como” as pessoas estão produzindo os textos sociais e muito menos

“como” as pessoas estão lendo esses textos nos diversos contextos. O conceito de cooperação não irá nos salvar, pois como diz a parábola “Porventura um cego pode guiar um cego? Acaso não cairão ambos em um buraco? (LUCAS, 6: 40). Não há “salvação” fora de questões políticas e, principalmente, dos efeitos que o uso da linguagem causa nas pessoas. Esses efeitos podem ser chamados de “ética” ou de “perlocutórios” e nós precisamos entender o modo em que eles operam e como alguns efeitos são assimilados e outros são rejeitados. Uma concepção pragmática de linguagem e comunicação deve colocar sob suspeita as belas metáforas e pensar em alternativas, pois como disse Foucault (1993), o problema não é tanto de definir uma posição política, mas de imaginar e trazer para a prática novos esquemas de politização.

Referências

- AZEVEDO, A. (1982), *Contos Fora da Moda*. Rio de Janeiro: Alhambra.
- BAKHTIN, M. (1988), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BARTHES, R. (1993), *Mitologias*. 9.ed. São Paulo: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (1977), *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DERRIDA, J. (1973), *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1990), *Limited Inc*. Campinas: Papirus.

- _____. (1991), *Margens da Filosofia*. São Paulo: Papyrus.
- ÉFESO, Heráclito de. (1978), “Pré-Socráticos”. *Os Pensadores*: São Paulo: Abril Cultural, pp.73-136.
- FARACO, C. A. (2003), *Linguagem & Diálogo: As Idéias Linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar.
- FOUCAULT, M. (1993), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GRICE, H. P. (1975), “Logic and conversation” In: COLE, P. & MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, pp.41-58.
- KANT, I. (2002), *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Martin Claret.
- KEENAN, E. O. (1976), The universality of conversational postulates. *Language and Society*, v.5, pp.67-80.
- KOCH, I. (1989), *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez.
- LEVINSON, S. (1993), *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÉVY, P. (1999), *Cibercultura*. São Paulo; Editora 34.
- MARCONDES Filho, C. (2004), *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus.
- MEY, J. (1985), *Whose Language?* Amsterdam: Benjamins.
- _____. (1993), *Pragmatics: an Introduction*. London: Blackwell.
- _____. (2001), *Vozes da Sociedade*. Campinas: Mercado das Letras.
- _____. (2003), Context and (dis)ambiguity: A Pragmatic View. *Journal of Pragmatics*. 35, pp.331-347.
- _____. (1987), Poet and Peasant: A Pragmatic Comedy in Five Acts. *Journal of Pragmatics*. 11, pp.281-297.
- MOESCHLER, J. & REBOUL, A. (1994), *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil.
- MORRIS, C. (1938), *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago: The University of Chicago Press.
- NIETZSCHE, F. (1983), “Sobre Verdade e Mentira”. *Obras Incompletas*. São Paulo: Victor Civita, pp. 45-52.
- OLIVEIRA, J. A. (2005), *Polidez e Identidade: a virtude do simulacro*. Disponível no site: <http://www.bocc.ubi.pt>.
- _____. (1999), *As Dimensões Pragmáticas da Cooperação Jornalística*. São Paulo: ECA/USP, Tese de Doutorado.
- _____. (2002), *Comunicação e Educação: uma visão pragmática*. Curitiba: Protexto.
- PENNYCOOK, A. (2010), *Language as a Local Practice*. New York: Routledge.
- RAJAGOPALAN, K. (2002), “Por uma Pragmática Voltada à Prática Linguística”. In: ZANDWAIS, A. (orga.) *Relações entre Pragmática e Enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, pp.22-35.

- _____. (2003), *Por uma Linguística Crítica*. São Paulo: Parábola.
- REDDY, M.J. (1979), “The conduit metaphor: a Case of Frame Conflict in our Language about Language”. In: ORTONY, A. (Ed.) ”. *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.164-201.
- RORTY, R. (1994), *Contingência, Ironia e Solidariedade*. Lisboa: Presença.
- SHIBLES, W. (1985), *Wittgenstein, Linguagem e Filosofia*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1997), *Objetivismo, Relativismo e Verdade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SEARLE, J.(1984), *Os Actos de Fala*. Coimbra: Almedina.
- SWIFT, J. (1984), *As Viagens de Guliver*. Rio de Janeiro: Bloch.
- VERSCHUEREN, J. (1999), *Understanding Pragmatics*. London: Arnold.
- WATSON, W. & McLUHAN, M. (1977), *Do Clichê ao Arquétipo*. Rio de Janeiro: Record.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. (1967), *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix.
- WEIL, Pierre & TOMPAKOW, Roland. (1973), *O Corpo Fala: a Linguagem Silenciosa da Comunicação Não-Verbal*. Petrópolis: Vozes.